

3ª Fase

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

ÍNDICE

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	237
1 DIRETRIZES GERAIS.....	237
2 DIRETRIZES ESPECÍFICAS	238
1.1.1 DIRETRIZES PARA AS AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	238
1.1.2 DIRETRIZES SOCIOECONÔMICAS	240
1.1.3 DIRETRIZES AMBIENTAIS.....	242
1.1.4 DIRETRIZES FÍSICO-TERRITORIAIS.....	245
1.1.5 DIRETRIZES QUANTO À INFRA-ESTRUTURA	248
1.1.6 DIRETRIZES QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	250
3 MACROZONEAMENTO	258
1.2 MACROZONEAMENTO URBANO	258
1.2.1 Faixa de Domínio das Rodovias	258
1.2.2 Faixa de Preservação dos Cursos d'água.....	258
1.2.3 Área de Preservação Ambiental.....	259
1.2.4 Macrozona Residencial Consolidada.....	260
1.2.5 Macrozona de Expansão Residencial.....	260
1.2.6 Macrozona Residencial de Qualificação Urbana	260
1.2.7 Macrozona Comercial.....	260
1.2.8 Macrozona de Expansão Comercial	261
1.2.9 Macrozona Industrial não poluitiva.....	261
1.2.10 Macrozona Industrial.....	261
1.3 MACROZONEAMENTO RURAL	261
1.3.1 Macrozona Agricultável sem Restrições – Lavoura/ Pecuária.....	261
1.3.2 Macrozona Agricultável com Restrições por Baixa Fertilidade	262
1.3.3 Macrozona Agricultável com Restrições por Erosão.....	262
1.3.4 Macrozona Agricultável Com Restrições por Erosão e por Baixa Fertilidade. 262	
1.3.5 Macrozona Não Agricultável Por Excesso Hídrico	262
1.3.6 Faixa de Preservação dos Cursos D'água	263

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social	242
Tabela 2: Proteção e Preservação Ambiental.....	244
Tabela 4: Ordenamento do Território – Indicador de Uso do Solo Urbano	247
Tabela 5: Relação do Suporte de Infra-estrutura EM 2007	249
Tabela 6: Relação do Suporte de Infra-estrutura EM 2017	250
Tabela 7: Nível Educacional da População – Crianças e Adolescentes 1991 e 2000.....	253
Tabela 8: Equipamentos Públicos de Saúde	254
Tabela 9: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade- 1991 - 2000	255

ÍNDICE DE PRANCHAS

PRANCHA 1: Macrozoneamento Urbano.....	264
PRANCHA 2: Macrozoneamento Rural.....	265

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inovou ao regulamentar em seus dispositivos a política urbana, após organização e empenho dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. O capítulo da política urbana é regido pelos artigos 182 e 183, contidos no Título VII - Ordem Econômica e Financeira. A política urbana traz repercussões econômicas, mas sua essência, conforme vários autores afirmam, é predominantemente questão social.

O legislador em seu artigo 5º XI diz que “a casa é o asilo inviolável do cidadão”. O maior problema que a Constituição Federal quer combater com a implementação da Política Urbana é o déficit residencial, normatizar a função social da propriedade, regularizar a propriedade fundiária das grandes cidades e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Conforme imposição constitucional, as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano foram fixadas em lei ordinária federal, no caso a Lei nº 10.257/2001, denominado Estatuto da Cidade.

Analisando a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, verifica-se a criação de 05 (cinco) princípios constitucionais a serem aplicados no espaço urbano: a função social da propriedade, desenvolvimento sustentável, função social da cidade, igualdade e da justiça social e participação popular.

Os artigos 5º XXIII, 156 I, 170 e 182 § 2º da Constituição Federal consagram o princípio da função social da propriedade. A história da cidade se mescla com a história da propriedade. Através desse princípio, o Poder Público Municipal pode exigir o cumprimento do proprietário, o seu direito em benefício da coletividade, que implica numa destinação concreta do seu imóvel para atender um interesse social.

O princípio constitucional das funções sociais da cidade foi incorporado em todas as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais. Exige que a cidade, desde a metrópole até a pequena vila, ofereça aos seus habitantes e seus usuários as funções básicas na moradia, trabalho, recreação e circulação, promovendo qualidade de vida.

A proposição central no discurso de sustentabilidade na busca de eficiência na utilização dos recursos do planeta. A alocação eficiente dos recursos é aquela que respeitaria as preferências dos consumidores, ponderados pela capacidade individual de pagamento. Correlacionando desenvolvimento sustentável com a cidade, a mesma deve ser o locus da qualidade de vida. O artigo 2º do Estatuto da Cidade prega a garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à

moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer para as presentes e futuras gerações.

O princípio constitucional da participação popular enaltece que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. O princípio da participação popular se correlaciona com a diretriz da gestão democrática das cidades. O intuito é garantir à população o acesso e o poder de interferência nos processos de decisão e implementação da política urbana.

Por fim, o princípio da igualdade e da justiça social prevê a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidade, no tratamento isonômico entre homens e mulheres. A justiça social vem ao encontro da erradicação da pobreza e marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. No campo urbano, é necessário reduzir as desigualdades sociais na cidade.

Com o objetivo de poder avaliar de forma permanente a implementação do Plano Diretor Municipal, foram construídas algumas tabelas de **Indicadores**. Esses indicadores são **Instrumentos de Monitorização**, que permitirão analisar o desempenho da Gestão Urbana implementada através do Plano Diretor.

A proposta de monitorização do Plano visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- 1 - A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nas Secretarias envolvidas com a gestão do Plano;
- 2 - A aprovação e implantação da Legislação Urbanística que será proposta pelo Plano Diretor;
- 3 – O cumprimento das Ações previstas a curto, médio e longo prazo, bem como a execução das obras que serão especificadas no Plano de Investimentos.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Com base nas avaliações efetuadas na fase anterior deste plano (Avaliação Temática Integrada) e nos documentos integrantes do sistema de planejamento municipal, tais como Plano Plurianual, Plano de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, Planos Setoriais e Planos de Governo, foram elaboradas **diretrizes gerais**, bem como diretrizes e proposições para ações em seis vertentes **específicas**:

1. Institucionais;
2. Socioeconômicas;
3. Ambientais;
4. Físico-espaciais;
5. Infra-estrutura;
6. Serviços públicos.

Estão contempladas especificamente propostas de intervenção constante ou para curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo (até 10 anos) prazo.

Estas diretrizes e proposições deverão representar, para a comunidade local e para a administração municipal, as linhas mestras para o direcionamento e condução das ações relativas à gestão municipal para os **próximos dez anos**, ou até que se julgue que a transformação de sua realidade tenha sido tão intensa que novas diretrizes e proposições devam ser traçadas.

1 DIRETRIZES GERAIS

Para a delimitação das diretrizes específicas do plano foram observadas algumas diretrizes gerais:

2.1 Fazer com que o Plano Diretor Municipal seja a perfeita expressão da realidade municipal e dos desejos da comunidade de Rondon com relação ao seu desenvolvimento;

2.2 Garantir que os recursos naturais do território sejam explorados de forma sustentável;

2.3 Garantir a manutenção dos atuais padrões de qualidade urbana nas áreas centrais da cidade, sempre os melhorando, e estender esse padrão para as áreas periféricas urbanas e núcleos rurais;

2.4 Respaldar o poder público através dos instrumentos legais decorrentes do plano, de forma a garantir, através do poder de polícia local e da noção de função social

da propriedade urbana, o amplo direito de acesso da população às comodidades urbanas;

2.5 Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o bem-estar de seus habitantes.

2 DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Com base nos dados levantados na Avaliação Temática Integrada, foram determinadas as diretrizes e projetos estruturais de acordo com as seguintes áreas:

1.1.1 DIRETRIZES PARA AS AÇÕES INSTITUCIONAIS

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ações de curto prazo:

- » Adequar a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal com vistas à gestão do desenvolvimento municipal;
- » Equipar o Poder Executivo Municipal para a implementação do Plano Diretor;
- » Promover a integração das políticas setoriais;
- » Capacitar e treinar periodicamente os funcionários públicos municipais para um melhor desempenho nos seus respectivos setores e melhor atendimento ao cidadão;
- » Equipar e reequipar as instalações das unidades da Prefeitura Municipal, visando à modernização de seus serviços ao público;
- » Contratar funcionários para promover a limpeza e manutenção dos serviços públicos e obras de infra-estrutura;
- » Melhorar os instrumentos de controle interno dentro da gestão municipal.

Ações de médio prazo:

- » Criar, no âmbito dos departamentos, uma cultura de planejamento permanente das ações, com consciência da interdependência dos diversos setores municipais;
- » Constituir um Cadastro Técnico Multifinalitário;

- » Construir prédio adequado para instalação da Prefeitura Municipal.

Ações de longo prazo:

- » Maior eficácia do governo local na execução de políticas públicas por conta as sua proximidade com o cidadão.

PROMOVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Ações de curto prazo:

- » Garantir a participação comunitária na gestão municipal através dos mecanismos propostos no Estatuto da Cidade e ratificados no Plano Diretor;
- » Instituir o Conselho de Desenvolvimento Municipal incorporando a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, otimizando os instrumentos de democracia participativa, disposta na Constituição Federal;
- » Realizar audiência pública quando ocorrer alteração da lei do Plano Diretor pela Câmara Municipal.

Ações de médio prazo:

- » Criar publicações periódicas para informações à população em geral sobre assuntos de natureza do Plano Diretor.

PROMOVER A SUPRA-MUNICIPALIDADE

Ações de curto prazo:

- » Maior integração microrregional, destacando a importância da AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios;
- » Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISCENOP;
- » Promover políticas públicas supra-municipais nas áreas de saneamento ambiental e educação.

Ações de longo prazo:

- » Intensificar as relações com os municípios vizinhos, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;
- » Integrar programas municipais com os do Estado do Paraná e os do Governo Federal.

1.1.2 DIRETRIZES SOCIOECONÔMICAS

INTEGRAR O RURAL E O URBANO NA PROMOÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Ações de curto prazo:

- » Criar um grupo-tarefa no Poder Executivo Municipal para promover iniciativas geradoras de emprego e renda;
- » Elaborar projetos que ofereçam oportunidade de empregos a cidadãos em condições de exclusão;
- » Construção e manutenção de barracões industriais, aquisição e /ou desapropriação de terrenos destinados a instalação de indústrias;
- » Apoiar ações vinculadas ao cooperativismo e agroindustrialização das culturas dominantes na municipalidade (cana-de-açúcar, mandioca, bovinocultura de leite).

Ações de médio prazo:

- » Expandir o número de barracões industriais na Rodovia PR 492;
- » Potencializar Rondon com implemento de atividades agropecuárias e servir de ponto de apoio ao desenvolvimento agroindustrial;

INTEGRAR O RURAL E O URBANO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ações de curto prazo:

- » Integrar o espaço rural e urbano e identificar o que e onde produzir, e para quais mercados;
- » Definir e assegurar espaços nos quais se possam desenvolver atividades econômicas, rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda, principalmente nas atividades da cana-de-açúcar, pecuária e produção aviária;
- » Implantar uma central de distribuição de calcário, fertilizantes e defensivos agrícolas para fornecer a pequenos agricultores, visando o aumento da produção agrícola.

Ações de médio prazo:

- » Incentivar a sericicultura e a produção de mudas de café, visando o aumento da produtividade aos pequenos produtores;

- » Promover o desenvolvimento do turismo regional nas margens do Rio Ivaí;
- » Criar sistema de parcerias e trocas de informações, com apoio de instituições como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), visando o desenvolvimento do comércio rural e sua integração com o urbano.

Ações de longo prazo:

- » Investir em um parque industrial em local apropriado, atendido por infraestrutura e com capacidade para expansão do setor, sem acarretar eventuais problemas com o solo e a poluição.

Conforme o PNUD, no período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de **Rondon** cresceu 13,10%, passando de 0,649 em 1991 para 0,734 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 42,4%, seguida pela Renda com 34,1% e pela Longevidade, com 23,5%.

Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 24,2%, se aproximando cada vez mais do maior IDH-M do Estado: 0,856 (Curitiba – PR).

Segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elaborado para o Paraná, o município de Rondon tem seu desenvolvimento humano considerado como de nível médio (IDH entre 0,5 e 0,8).

A meta para próxima medição é manter o índice de crescimento registrado. Com estas ações, há preocupação com o quesito renda, acompanhada de novas ações relacionadas ao desenvolvimento econômico e social voltado para o trabalho. A renda per capita média do município passou de R\$ 129,63 em 1991 para R\$ 218,54 em 2000. As ações visam obter um rendimento semelhante ao valor registrado em Cianorte, que em 2000 foi de R\$ 312,63.

As diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico, foram criadas conforme a vocação do município, que está vinculada a agropecuária, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e mandioca. Destaca-se ainda a relevância da agroindústria, no setor sulcro-alcóoleiro, representado principalmente pela COOCAROL e pelo ramo de confecções.

Tabela 1: Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social

INDICADOR						
Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação	Meta	Ano	Desejado
			Ano	Aferido		
IDH	Município	Índice de Desenvolvimento Humano	2000	0,734	2017	0,818 (1)
Renda <i>per capita</i>	Município	Receita Total / população	2000	218,54	2017	312,63 (2)
Pessoas abaixo da linha de pobreza	Município	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75	2000	5,38%	2017	3,91% (3)
Participação no Valor Adicionado do Estado do Paraná	Município	Valor adicionado do Município / Valor adicionado do Paraná	2000	0,053% (4)	2017	0,070%

(1) IDH registrado em Cianorte, no ano 2000.

(2) Valor da Renda per capita registrada em Cianorte, no ano 2000.

(3) índice de Cianorte em 2000.

(4) VAF de 1996.

1.1.3 DIRETRIZES AMBIENTAIS

PROTEGER E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE

Ações de curto prazo:

- » Criar programa municipal que informe e conscientize a população urbana e rural sobre a importância da Preservação Ambiental em fundos de vale, áreas de preservação permanente, reserva legal e a prática da coleta seletiva;
- » Controlar preventivamente o passivo ambiental dos segmentos agroindustriais, como por exemplo, a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana de Açúcar - COOCAROL, o Laticínio e o Abatedouro de Frango, todos localizados nas margens da Rodovia PR 492;
- » Proibir que as fábricas se localizem em lugares que o vento traga gases e maus odores para o perímetro urbano (conforme indicação do macrozoneamento urbano);
- » Elaborar um projeto para aproveitamento sustentável da área verde existente, ao longo da Avenida Espanha, transformando-a em parque de preservação e lazer.

Ações de médio prazo:

- » Implantar projeto de controle de erosão rural e de reflorestamento na Microbacia Saltinho, Microbacia Três Placas, Microbacia São João I,

Microbacia São João II, Microbacia Água Pintada e Microbacia Água do Rato, através do plantio de mudas cultivadas no viveiro municipal;

- » Preservar a cobertura latossólica, evitando sulcos e ravinas nas áreas próximas ao perímetro urbano ou mesmo na zona rural;
- » Aumentar a porcentagem de áreas com curvas de nível na municipalidade.

INCORPORAR A DIMENSÃO AMBIENTAL NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS, NÃO SÓ COMO RESTRIÇÕES, MAS TAMBÉM COMO OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

Ações de curto prazo

- » Firmar parcerias com o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e instituições não governamentais em ações conjuntas de constante preservação ambiental no município;
- » Promover a proteção a todas as nascentes e margem dos rios no Município, notadamente aos mananciais que servem ao abastecimento de núcleos urbanos;
- » Elaborar programas para ampliação das áreas verdes dos núcleos urbanos e plano de arborização para as ruas e praças da sede, a fim de preservar a qualidade da paisagem urbana, além de, a curto prazo atingir os índices mínimos estabelecidos pela OMS – Organização Mundial de Saúde, visando promover o conforto ambiental urbano.

Ações de médio prazo

- » Incentivar a comunidade a refletir e promover a Agenda 21 Local, através de um processo participativo de planejamento.

MELHORAR O MEIO AMBIENTE URBANO ATRAVÉS DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Ações de curto prazo:

- » Elaborar plano de arborização para a área urbana do Patrimônio de Bernardelli e da Vila Rural Independência, para implantar uma paisagem urbana de qualidade, como a da sede. Este plano deve orientar as espécies adequadas a cada logradouro, considerando o dimensionamento das vias, das calçadas e a existência de fiação de rede elétrica.

Ações de médio prazo:

- » Otimizar corretamente o sistema de manutenção, plantio, poda, remoção e controle de pragas na arborização urbana em parceria com a COPEL;
- » Otimizar o viveiro municipal, fornecendo aos munícipes espécies nativas e exóticas para recomposição arbórea da bacia hidrográfica municipal;
- » Aumentar a distribuição de mudas de café, promovendo a diversificação de culturas agrícolas.

Segundo o IPARDES, em 2002, a cobertura florestal existente correspondia a 2.667,1 ha, representando 4,76% da área municipal (56.009,99 ha), e 2,62% do total das áreas florestais da mesorregião Noroeste Paranaense (101.875,8 ha). Conforme dados do IPARDES do mesmo ano, as áreas municipais manejadas com técnica de reflorestamento equivalem a 41,4 hectares, representando 0,90% do total das áreas reflorestadas da mesorregião Noroeste Paranaense (4.592,6 ha). Quanto à conservação do solo nas microbacias, aproximadamente 75% do município é conservado, sendo mais acentuado na região de solos argilosos e menores na região arenosa. Os principais rios de Rondon são Rio Ivaí, Rio do Salto, Rio do Índio e Rio Travessa Grande. Sobre áreas de preservação permanente, 60% das matas ciliares são conservadas.

As ações na área ambiental têm como objetivo melhorar os índices, principalmente visando intensificar a proteção ambiental e a proteção das nascentes. Quanto à arborização urbana, as metas vislumbram a arborização constante em toda a área urbana, com espécies adequadas, com plantio e podas realizadas de forma correta, inclusive na Vila Rural e no Patrimônio de Bernardelli.

Quanto à coleta de resíduos sólidos, na área urbana de Rondon ela acontece diariamente e o lixo coletado é levado para o aterro sanitário. A coleta seletiva é realizada de segunda a sexta-feira e os resíduos são depositados em um barracão no aterro. Na vila rural e no Patrimônio de Bernardelli a coleta acontece uma vez por semana.

TABELA 2: PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

INDICADOR						
Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação	Meta	Ano	Desejado
			Ano	Aferido		
Índice de arborização de vias	Área Urbana	Extensão (metros) de vias públicas/Nº de árvores em vias públicas	s.i.	s.i.	2017	100% (4)
Cobertura de mata ciliar	Município Bacia Hidrográfica	60 metros x a extensão do curso de água com cobertura vegetal/Extensão total do	s. i.	s. i.	2017	100% 4.113,6 ha (1)

		curso de água x 60 metros.				
Micro-bacias adequadas	Município Bacia Hidrográfica	Área total de micro-bacias adequadas/área total de micro-bacias do município.	s. i.	s. i.	2027	100% (2)
Áreas de reserva legal	Município Bacia Hidrográfica	Somatório das áreas de reserva legal obrigatórias pelo Código Florestal / Somatório das áreas rurais existentes no Município.	s. i. (3)	s. i.	2027	100 %
Áreas de preservação permanente	Município Bacia Hidrográfica	Somatório das áreas de preservação permanente obrigatórias por Resolução do Conama / Somatório das áreas existentes no Município.	s. i.	s. i.	2017	100 %

(1) Área calculada pela consultoria (valor aproximado). É esperada a realização de 5% a.a.

(2) Desconhece-se a área total das micro-bacias no Município.

(3) Não há registros sobre a atual situação do cumprimento da norma legal.

(4) Valor de referência = 0,2 unidades por metro linear de via.

1.1.4 DIRETRIZES FÍSICO-TERRITORIAIS

ORDENAR A EXPANSÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO HARMONIZANDO O INTERESSE GERAL DA COLETIVIDADE COM O DIREITO INDIVIDUAL DE SEUS MEMBROS NO USO DA PROPRIEDADE PARTICULAR, NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES URBANAS E ATÉ A UTILIZAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Ações Constantes:

- » Promover os instrumentos administrativos, políticos e jurídicos do Estatuto da Cidade para garantir o bem-estar dos habitantes e o cumprimento da função social da propriedade urbana e da cidade;
- » Delimitar o perímetro urbano no município de acordo com as projeções de crescimento e a oferta atual de áreas urbanizáveis e ajustando aos limites físicos e as divisas dos lotes rurais.

ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ATRAVÉS DA MELHORIA E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Ações de curto prazo:

- » Definir uma hierarquização viária de acordo com o Plano Diretor, levando em consideração o papel de cada via e a intensidade de fluxo no Sistema Viário;

- » Compatibilizar o uso do solo com a disponibilidade de infra-estrutura, sistema viário e equipamentos comunitários;
- » Adotar parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos e parcelamento do solo urbano;
- » Conservar, readequar e cascalhar ruas e estradas municipais, oferecendo melhores condições de tráfego à população em geral e aos produtores rurais para o escoamento de seus produtos;

Ações de Médio Prazo:

- » Promover a acessibilidade universal, adequando as repartições e logradouros públicos às necessidades de locomoção e acesso de pessoas idosas e/ou com algum tipo de deficiência física;
- » Elaborar projeto técnico de sinalização de trânsito nas vias urbanas e rurais, indicando os locais em que foram identificados na Avaliação Temática Integrada - ATI como de conflitos viários.

PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Ações de curto prazo:

- » Ampliar a oferta de moradia na área urbana através da construção de habitação popular para a demanda de 1200 famílias na sede e 10 famílias no Distrito de Bernardelli.
- » Viabilizar a implantação de programas habitacionais para atender a população de baixa renda em áreas já urbanizadas;
- » Assegurar, nos assentamentos habitacionais de interesse social, áreas institucionais que possibilitem a implantação de equipamentos comunitários;
- » Exigir, através da legislação de parcelamento do solo urbano que será proposta por este plano, a obrigatoriedade de infra-estrutura de pavimentação, galeria de águas pluviais e esgoto sanitário nos loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais;
- » Proibir a ocupação urbana em terrenos aterrados com material nocivo à saúde, e em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

- » Evitar a ocupação dispersa do território e controlar as densidades populacionais urbanas.

Ações de médio prazo:

- » Viabilizar junto à COHAPAR a construção de casas populares para atender as necessidades da população do município.

ORDENAR A OCUPAÇÃO E O USO DO SOLO RURAL

Ações de curto prazo:

- » Promover a adequação do uso agrícola, pecuário e florestal ao suporte natural;
- » Elaborar e tornar público mapa de aptidões silvo-agropecuárias da área rural do município de Rondon;
- » Proibir queimadas de qualquer atividade no entorno do município;

Ações de médio prazo:

- » Viabilizar a elaboração do Zoneamento de Uso do Solo Rural, definindo áreas de preservação ambiental, áreas de recuperação e proteção ambiental, áreas de reflorestamento econômico, e áreas de exploração agropecuária.

TABELA 3: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – INDICADOR DE USO DO SOLO URBANO

INDICADOR		
Indicador	Abrangência	Caracterização
Número de lotes com uso residencial	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso residencial / nº total de lotes destinados ao uso residencial
Número de lotes com uso comercial-serviços	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso comercial-serviços / nº total de lotes destinados ao uso comercial e serviço
Número de lotes com uso industrial	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso industrial / nº total de lotes destinados ao uso industrial
Percentual de área com uso residencial	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso residencial / Área total de lotes destinados ao uso residencial
Percentual de áreas com uso comercial-serviços	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso comercial-serviços / Área total de lotes destinados ao uso comercial e serviço
Percentual de áreas com uso industrial	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso industrial / área total de lotes destinados ao uso industrial

Obs: Usos potencialmente poluidores existentes necessitam de monitoramento: postos de combustíveis, oficinas mecânicas, lavanderias, açougues, frigorífico. O órgão competente do poder Executivo municipal estabelecerá, em acordo com a legislação federal e estadual, os critérios para licenciamento e renovação de alvarás e os períodos de fiscalização para cada atividade potencialmente poluidora.

1.1.5 DIRETRIZES QUANTO À INFRA-ESTRUTURA

UNIVERSALIZAR O SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Ações de curto prazo:

- » Estabelecer programa para constante manutenção da iluminação pública e reposição de lâmpadas queimadas na área urbana, proporcionando maior segurança para a população;

Ações de médio prazo:

- » Revisar contrato com a Companhia Concessionária - SANEPAR, estipulando prazos mais curtos para a universalização do serviço de abastecimento de água e de serviços de tratamento de esgotos da Sede, tanto na zona urbana como na zona rural;

Ações de longo prazo:

- » Priorizar os investimentos em infra-estrutura urbana, especialmente os destinados à universalização do saneamento básico nos próximos 10 anos;
- » Universalizar a prestação de serviços vinculados à energia elétrica.

MELHORAR O MEIO AMBIENTE URBANO ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS, LIMPEZA PÚBLICA E A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Ações de curto prazo:

- » Construir galerias de águas pluviais na sede, visando o controle da erosão;
- » Resolver os problemas de alagamento na área rural e urbana, principalmente nos pontos próximos à creche e associação dos funcionários da Prefeitura de Rondon (Avenida Rio de Janeiro e Avenida São Paulo), no trevo de acesso à Cianorte (trevo e Rua Rio de Janeiro) e ao longo do ponto da Rodovia PR 082 (próximo a Bratac e Metalúrgica Hermac), até o trevo de acesso à Rodovia PR 492;
- » Adquirir veículos para os serviços de limpeza pública;
- » Realizar trabalho de conscientização da comunidade sobre a importância da separação do lixo reciclável, para preservar o atual aterro sanitário.

Ações de médio prazo:

- » Intensificar o serviço de coleta de lixo e coleta seletiva, tornando-as mais frequentes e disponíveis em toda a cidade;
- » Universalizar a prestação de serviço público de limpeza urbana, ampliando-a aos bairros mais distantes;
- » Pavimentar a rua paralela à rodovia PR 492, a qual se encontra em processo de ravinamento.

PAVIMENTAR AS VIAS MUNICIPAIS, DANDO BOAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADEAções de Curto Prazo

- » Recapear vias urbanas sem condições de tráfego, priorizando aquelas com maior suscetibilidade à erosão
- » Implantar pavimentação asfáltica nos conjuntos residenciais novos;
- » Instituir programa de preservação e readequação das calçadas existentes, por meio de parceria entre prefeitura e proprietário do lote, sendo este co-responsável pela manutenção do espaço em frente a sua propriedade;
- » Recuperar as estradas rurais do município para auxiliar no escoamento da produção agrícola, transporte escolar e locomoção de moradores da área rural;

Ações de Médio Prazo

- » Dar continuidade aos programas de pavimentação asfáltica, instalação de meio-fio e calçadas na malha urbana do município, principalmente nas imediações da Praça Marechal Rondon onde se encontram vários pontos erosivos.
- » Adquirir veículos para a manutenção de estradas rurais, como caminhões caçamba, pá carregadeira e niveladora,
- » Adquirir tratores com devidos equipamentos para atender o produtor na área agrícola.

TABELA 4: RELAÇÃO DO SUPORTE DE INFRA-ESTRUTURA EM 2007

INDICADOR							
Bairro	Energia Elétrica	Água	Esgoto	Drenagem	Coleta de Lixo	Varição	Pavim.

Centro	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Semanal	Existente
Divinéia	Total	Total	Existente	Parcial	3x por semana	Inexistente	Existente
Conjunto Alto Alegre/ Sabiá	Total	Total	Inexistente	Parcial	3x por semana	Inexistente	Existente
Conjunto São Pedro	Total	Total	Inexistente	Parcial	3x por semana	Inexistente	Existente
Conjunto Boa Vista I e II	Total	Total	Inexistente	Parcial	3 x por semana	Inexistente	Existente
Conjunto Santa Mônica	Total	Total	Inexistente	Parcial	3 x por semana	Inexistente	Existente
Jardim Progresso I e II	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Inexistente	Existente
Patrimônio de Bernadelli	Total	Total	Inexistente	Parcial	2 x por semana	Inexistente	Existente

Fonte: Elaborada pela consultoria com base nos dados de cada Departamento

TABELA 5: RELAÇÃO DO SUPORTE DE INFRA-ESTRUTURA EM 2017

INDICADOR							
Bairro	Energia Elétrica	Água	Esgoto	Drenagem	Coleta de Lixo	Varrição	Pavim.
Centro	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Semanal	Existente
Divinéia	Total	Total	Existente	Parcial	3x por semana	Semanal	Existente
Conjunto Alto Alegre/ Sabiá	Total	Total	Existente	Parcial	3x por semana	Semanal	Existente
Conjunto São Pedro	Total	Total	Existente	Parcial	3x por semana	Semanal	Existente
Conjunto Boa Vista I e II	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Semanal	Existente
Conjunto Santa Mônica	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Semanal	Existente
Jardim Progresso I e II	Total	Total	Existente	Parcial	3 x por semana	Semanal	Existente
Patrimônio de Bernadelli	Total	Total	Existente	Parcial	2 x por semana	Semanal	Existente

Fonte: Elaborada pela consultoria

1.1.6 DIRETRIZES QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ações de curto prazo:

- » Adquirir equipamentos pedagógicos, de informática e eletrodomésticos para as escolas municipais;
- » Valorizar profissionalmente os professores e funcionários do Departamento de Educação;
- » Adaptar todas as escolas para possibilitarem a acessibilidade universal (rampas, corrimãos, banheiros e portas).

- » Dinamizar e ampliar o Programa de Alfabetização de Adultos.
- » Adquirir equipamentos escolares e pedagógicos para as escolas municipais e centros municipais de educação infantil:
 - **Escola Municipal Marechal Castelo Branco** (Ensino Fundamental) – Ampliar, reformar e adquirir os seguintes equipamentos: refeitório para os alunos, uma área administrativa com Secretaria, sala de orientação, supervisão, direção, sala dos professores, biblioteca maior, sala de informática, duas salas para atender o Ensino de 09 anos, colocação de toldo em 5 salas, pintura, 01 play-ground, 01 quiosque, arquibancada com cobertura para a quadra.
 - **Escola Rural Municipal Agrupada de Bernardelli** (1ª a 4ª Séries) – Realizar uma reforma geral em seu prédio e adquirir os seguintes equipamentos e mobiliários: armário para cozinha, fogão industrial de 04 bocas com forno, pia, bebedouro, mesas, entre outros.
 - **Centro de Inclusão** (EJA - Educação de Jovens e Adultos) – Aquisição dos seguintes equipamentos: 01 micro computador, 01 impressora a laser, pois na secretaria da escola não há microcomputador; 01 mimeografo para a elaboração de atividades e avaliações; 03 escrivaninhas para suprir as necessidades da secretaria e salas de aula; TV 29 polegadas para atender a sala do CNS (aulas de vídeo); 03 bebedouros para atender a sala dos professores e sala de aula; 04 ventiladores; rádio/CD para utilização e capacitação dos alfabetizadores; videocassete para atender a sala do CNS (aulas de vídeo); 01 armário para sala do PEJA; armários, entre outros.
 - **Escola de Educação Especial Rosa Azul** – Reformar e adequar os seguintes equipamentos: banheiros, visando eliminar as barreiras arquitetônicas, para melhorar a locomoção de alunos que possuem dificuldades motoras; reformar e construir salas para atendimento técnico (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapeuta Ocupacional e Assistente Social); construir uma quadra de esporte, destinada às atividades de Psicomotricidade, pois os alunos não possuem um local para o desenvolvimento destas atividades.
 - **Escola Cooperativa Passos do Saber** – Construção e aquisição dos seguintes equipamentos: Construir uma quadra para prática esportiva, uma biblioteca, sala de aula e sala para os professores; aquisição de: DVD; TV; Data show; Retro projetor; Computador e impressora; Fax; Arquivos em aço; carteiras e cadeiras;

Escrivaninhas para professores, Forno industrial; Ventiladores, Bebedouro coletivo; Micro ondas e Som.

- **Pré-Escola Municipal Francisco Sella** (Educação Infantil) – Aquisição dos seguintes equipamentos: Colocar toldo nas janelas das salas de aula (que ficam expostas ao sol da tarde) e na cozinha (que fica exposta ao sol da manhã). Cobrir o local onde foram colocadas as torneiras para higiene bucal, pois no período da tarde não têm condições de serem usadas. Construir um almoxarifado para guardar os materiais de limpeza e higiene, pois ficam expostos em locais que os alunos transitam. Adquirir um microcomputador, um televisor com entrada para DVD e um DVD, um scanner e uma impressora a laser. Reparar as paredes e calçadas, pois as mesmas apresentam muitas rachaduras; realizar uma pintura externa do prédio. Fazer uma cobertura em frente à escola (tipo guarita), para que em dias chuvosos os pais possam estar abrigados enquanto esperam seus filhos ao término das aulas. Construir banheiros com chuveiro, pois de vez em quando as crianças têm necessidade de banho. Contratar dois funcionários para o setor de serviços gerais.

- **Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus de Rondon** – Reformar e construir os seguintes equipamentos - Reformar a cozinha e construir uma dispensa; reformar o refeitório; reformar o lactário (cozinha do berçário); construir um banheiro adequado para o berçário; construir rampas; trocar as janelas; pintar o prédio e cobri-lo com telhas; adquirir ventiladores; escrivaninhas e cadeiras confortáveis para salas de aula; adquirir toldos para salas de aula, sala de orientação e direção; adquirir 20 cortinas para sala de aula e secretaria; reformar o parque, iluminação e fiação; construir uma lavanderia com banheiro para os funcionários; construir uma quadra coberta e estacionamento em frente à escola. Adquirir mais brinquedos, construir uma sala para brinquedoteca e adquirir brinquedos para a mesma. Adquirir 01 máquina de lavar roupas; 01 batedeira de bolo, pedrisco e 01 bebedouro.

Ações de médio prazo:

- » Contratar profissionais nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e assistente social para o atendimento nas escolas municipais e centros municipais de educação infantil;
- » Promover o inventário de bens culturais do Município;

- » Promover o desenvolvimento de ações educativas, preventivas e curativas, com o fim de diagnosticar, tratar e acompanhar alunos com problemas de saúde, impedindo que estes interfiram no processo de aprendizagem;
- » Implantar uma escola agrícola com capacitação para implantação de áreas de preservação, áreas de reflorestamento, pomares e hortas, equipada com viveiro de mudas nativas, exóticas e frutíferas.
- » Construir um novo Centro de Educação Infantil, nas proximidades do Bairro São Pedro;
- » Construir um novo prédio para o Centro de Inclusão (antigo Castelo Branco);
- » Construir um novo prédio para a Escola de Bernardelli, promovendo obras de aterramento dos pátios.

Ações de longo prazo:

- » Universalizar o serviço público de educação.

TABELA 6: NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO – CRIANÇAS E ADOLESCENTES 1991 E 2000

INDICADOR				
Faixa etária	Taxa de Analfabetismo		% freqüentando a escola	
	2000	2017	2000	2.017
7 a 14	2,3	1,5	96,7	99
10 a 14	0,9	0,0	94,9	96
15 a 17	1,6	0,5	66,0	75
18 a 24	2,0	1,0		-

Fonte: PNUD – 2000 e projeção para 2017

MELHORAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ações de curto prazo:

- » Concluir as obras do novo Centro Municipal de Saúde, equipando com móveis e equipamentos para cada setor;
- » Promover capacitação adequada dos profissionais e garantir investimentos para o crescimento e consolidação de políticas de saúde pública, de caráter preventivo, fortalecendo as equipes do Programa Saúde da Família;

- » Acompanhar com mais rigor os portadores de doenças vinculadas à idade avançada (hipertensão, diabetes e neoplasias) e reintegrá-los ao convívio social;
- » Aprimorar mecanismos de implementação da vigilância em saúde relacionada à qualidade de água, solo, produtos, serviços e ambientes de trabalho, de forma a eliminar ou reduzir fatores de risco à saúde;
- » Priorizar como política de saúde pública as ações educativas e administrativas quanto ao tabagismo, uso do álcool e outras drogas, dietas adequadas, direção perigosa, comportamento sexual seguro, de forma a evitar que esses fatores de risco se transformem em elementos desencadeadores de processos patológicos graves e irreversíveis;
- » Sensibilizar empresas particulares e privadas a implantar plano de saúde para seus funcionários e que isso seja abatido no seu imposto de renda de acordo com a lei e a porcentagem dos lucros que a empresa tem que investir na assistência à saúde de seus funcionários.

Ações de médio prazo:

- » Informatizar todo o serviço de saúde, com a renovação e manutenção dos computadores, a fim de interligar em sistema único para agilizar serviços;
- » Promover reformas e aquisição de equipamentos para a Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Rondon;
- » Implantar o plano de cargo e carreira para os funcionários do Departamento Municipal de Saúde para promover concurso público para a contratação de novos funcionários;
- » Criar grupos de apoio para o combate ao tabagismo e alcoolismo.

TABELA 7: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE

INDICADOR		
Unidades	2007	2017
Posto de saúde	00	00
Centro de saúde	02	03
Pronto atendimento 24 horas	00	00
Centro de Saúde da Mulher e da Criança	00	00
Centro de Atenção Psicossocial	00	00
Unidade de Saúde da Família	02	02
Hospital público	01	01
Hospital privado	00	00
Hospital universitário	00	00

Hospital filantropo	00	00
---------------------	----	----

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

TABELA 8: INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE- 1991 - 2000

INDICADOR		
Indicadores	2000	2017
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	25,0	20,0
Esperança de vida ao nascer (anos)	67,3	68
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,6	2,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Prefeitura Municipal de Tamboara

MELHORAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações de curto prazo:

- » Efetivar o atendimento no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
- » Realizar o recadastramento da população de baixa renda para que possam ter acesso aos programas, já existentes, de assistência social do governo Estadual e Federal;
- » Implantar programas que atendam crianças de 06 a 15 anos, incentivando a criação da guarda mirim e programas esportivos para crianças;
- » Ampliar o atendimento ofertado nos cursos profissionalizantes na Associação de Proteção à Maternidade e à Infância;
- » Adquirir equipamentos e contratar recursos humanos para a otimização do Clube do Idoso;
- » Otimizar programas como a Jornada Ampliada do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, voltado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes;
- » Apoiar Instituições de Assistência Social do município, através da formalização de convênios, baseado em projeto de lei para repasse de recursos.

Ações de médio prazo:

- » Reformar a estrutura física da Escola de Educação Especial Rosa Azul, ampliando o número de salas para implementação de serviços, banheiros e espaços para a prática esportiva;

- » Construir Casa-lar para idosos.

MELHORAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS E A QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER.

Ações de curto prazo:

- » Implantar programa de treinamento esportivo para crianças e adolescentes, utilizando quadras poli esportivas das escolas, ginásio de esporte, com acompanhamento de profissionais da área de Educação Física contratados pela Prefeitura.
- » Criar áreas de lazer na cidade, com pistas para caminhada e equipamentos para ginástica e espaço para alongamento.
- » Viabilizar a realização de eventos de importância local e regional na municipalidade;
- » Instituir uma festa típica para o município, com comida típica e comércio de produtos locais;
- » Instituir em datas comemorativas, eventos culturais, esportivos e de lazer para a população;
- » Adquirir materiais adequados para todas as modalidades esportivas.

Ações de médio prazo:

- » Reformar e ampliar o Ginásio de Esporte e o Estádio Municipal de Futebol (cobertura, banheiros, piso, arquibancada, calçada externa).

Ações de longo prazo:

- » Viabilizar junto aos governos estaduais e federais a construção de novas quadras poli-esportivas.

MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA.

Ações de curto prazo:

- » Proporcionar segurança pessoal, patrimonial e pública à população da cidade de Rondon;
- » Instalar o Conselho de Defesa Civil - COMDEC;
- » Apoiar a Polícia Civil e Militar para melhoria das condições de segurança;

- » Apoiar atividades comunitárias que visam à melhoria da segurança pública no município;
- » Buscar junto à Secretaria de Segurança Pública – SESP, a efetivação da Patrulha Comunitária Rural.

Ações de médio prazo:

- » Adquirir veículos e equipamentos para a Polícia Militar, com objetivo de oferecer melhores condições de trabalho.

Ações de longo prazo:

- » Gestionar junto ao Governo do Estado, pela permanência de um Delegado de Polícia Civil que possa desenvolver um planejamento de trabalho, em longo prazo, criando maior vínculo com o município e a população local.

3 MACROZONEAMENTO

O macrozoneamento é a expressão físico-territorial das condicionantes e diretrizes definidas para o município e, principalmente, para o núcleo urbano de Rondon. Compõe-se de uma delimitação gráfica de áreas que apresentam características de uso e infra-estrutura relativamente homogêneas, acompanhada de uma descrição textual das aptidões e propostas viáveis para cada uma destas áreas. O macrozoneamento embasará o futuro zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do município.

1.2 MACROZONEAMENTO URBANO

O macrozoneamento das áreas urbanas de Rondon, que completa a etapa de definição de diretrizes (neste caso de caráter físico-espacial), de seu Plano Diretor Municipal, é dividido em dois tipos gerais de macrozonas, as urbanizáveis e as não urbanizáveis, e ficou definido como a seguir descrito, e como expresso no Mapa de Macrozoneamento Urbano.

MACROZONAS NÃO URBANIZÁVEIS

São áreas onde há restrições ou impedimentos legais à ocupação e/ou expansão urbana devido a existência de características adversas ou proibitivas à sua utilização pelo homem, e compõe-se das áreas a seguir descritas:

1.2.1 Faixa de Domínio das Rodovias

São as faixas reservadas à sinalização, segurança, manutenção e ampliação das rodovias estaduais e municipais. A rodovia PR-482 e PR-082 têm faixa de domínio de 25 metros de cada lado, contados a partir do eixo. Além dessa faixa, a Lei Federal 6766 também estabelece uma outra faixa de 15 metros destinada à via de tráfego local, evitando que as rodovias sejam demasiadamente cruzadas por vias locais, de tráfego mais lento.

1.2.2 Faixa de Preservação dos Cursos d'água

Corresponde a área que deve ser mantida intacta ou recuperada (com a vegetação nativa) em torno dos lagos, rios e nascentes, conhecida como mata ciliar.

De acordo com o Código Florestal Brasileiro, consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas com declive superior a 45°, equivalente a 100 por cento na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

1.2.3 Área de Preservação Ambiental

Corresponde a área situada na porção Nordeste da malha urbana, onde existe uma área verde que deve ser preservada, com medidas de recuperação ambiental e preservação permanente, permitindo apenas a utilização para equipamento de lazer, como por exemplo, parque ecológico.

MACROZONAS URBANIZÁVEIS

São as áreas aptas à exploração de seus recursos naturais e à ocupação pelo homem. Em Rondon, não há delimitação oficial do Perímetro Urbano Atual, entretanto considera-se urbana toda a área parcelada.

Sendo assim, o Macrozoneamento prevê a delimitação do Perímetro Urbano, que determina as Macrozonas Urbanizáveis que foram divididas nas seguintes categorias:

1.2.4 Macrozona Residencial Consolidada

São áreas que apresentam assentamentos populacionais já concluídos. Em Rondon, essas áreas apresentam poucos lotes vazios e existe uma boa relação entre densidade demográfica e a infra-estrutura.

1.2.5 Macrozona de Expansão Residencial

São as áreas próximas aos locais ocupados, nas quais deve acontecer a futura expansão urbana do município. São áreas localizadas na porção norte da malha urbana atual, onde atualmente são utilizadas para agricultura e cuja declividade permite a urbanização. Além disso, essas áreas estão próximas a equipamentos urbanos e redes de infra-estrutura.

1.2.6 Macrozona Residencial de Qualificação Urbana

São áreas de correspondem ao Conjunto Boa Vista I e II, Jardim Santa Mônica e nos lotes ao longo da PR-082, os quais estão integralmente ocupados, com densidade demográfica elevada e que apresentam carência de infra-estrutura e serviços públicos. Nessas áreas são necessárias intervenções visando a qualificação urbana, tais como arborização, pavimentação viária e atendimento por serviços de varrição pública.

1.2.7 Macrozona Comercial

Corresponde a área que abriga os principais estabelecimentos comerciais existentes, com alguns lotes ocupados por residências, bem servida por infra-estrutura e serviços públicos, para a qual se pretende a densificação, seja por verticalização, seja pela substituição do uso residencial pelo uso comercial e de serviços no nível térreo.

Esta área localiza-se ao longo da Avenida Brasil.

1.2.8 Macrozona de Expansão Comercial

São as áreas ocupadas principalmente por residências, ao longo das Avenidas Espanha, no trecho entre a Rua La Paz e a Rua Marechal Cândido Rondon.

Nesta área deve acontecer a expansão horizontal da demanda de comércio e serviços.

1.2.9 Macrozona Industrial não poluitiva

São as áreas ao longo da Rodovia PR-082, cujos lotes já são utilizados por algumas indústrias. Nesta macrozona deverá ser permitido uso industrial de caráter não poluitivas, visto que se encontra próxima à áreas residenciais, o que pode causar poluição direta ou exalações que venham a incomodar a vizinhança e até trazer problemas de saúde para a população. Além do uso industrial de caráter não poluitivo, será permitida a instalação de comércio geral.

1.2.10 Macrozona Industrial

Corresponde à área situada a sul da malha urbana, ao longo da PR-482 e PR-082, para onde se pretende a instalação das indústrias. Diante da configuração atual da cidade, do fácil acesso e da direção predominante dos ventos, esta se caracteriza como área mais adequada ao uso industrial em Rondon.

1.3 MACROZONEAMENTO RURAL

Quanto ao macrozoneamento para a área rural de Rondon, foram apontados os usos adequados para extensão rural, a partir da análise da estrutura fundiária original, das condições ambientais do município como a presença de rios, área de mata, hipsometria, bem como o uso potencial do solo, baseado em dados da Emater e do Ipardes.

Sobretudo, torna-se importante ressaltar que para delimitação mais específica dos usos é necessária a elaboração de um Zoneamento Rural para o Município de Rondon.

Conforme demonstra o mapa de Macrozoneamento Rural, foram enumeradas as seguintes tipologias de áreas:

1.3.1 Macrozona Agricultável sem Restrições – Lavoura/ Pecuária

São áreas com declividade entre 0% a 13% e que se caracterizam pela presença dos solos: Latossolo Vermelho distrófico típico horizonte A, moderado, textura média, fase floresta tropical subperenifólia, relevo suave ondulado e praticamente plano;

Latossolo Vermelho eutrófico típico horizonte A, moderado, textura argilosa, fase floresta tropical subperenifólia, relevo suave ondulado e praticamente plano. Estes solos bem desenvolvidos e com baixo potencial erosivo podem ser facilmente cultivados. Quanto à fertilidade os solos distróficos necessitam de correções para aumento de produtividade o que encarece a produção. Mas de maneira geral esta macrozona proporciona o cultivo de lavouras mecanizadas, não mecanizadas e da pecuária.

1.3.2 Macrozona Agricultável com Restrições por Baixa Fertilidade

A área de agricultura com restrições caracteriza-se pela presença do Latossolo Vermelho distrófico típico, alíco Horizonte “A” moderado, textura média fase floresta tropical subperenifólia, relevo suave ondulado. O caráter distrófico e alíco deste solo reduz sua capacidade produtiva, devido a baixa concentração de bases e a concentração de alumínio.

1.3.3 Macrozona Agricultável com Restrições por Erosão

Esta macrozona apresenta o solo Argissolo Vermelho eutrófico abrupto horizonte “A” moderado, textura arenosa/média, fase floresta tropical subperenifólia, relevo ondulado. A textura arenosa deste solo formado em relevo ondulado, associado à retirada da vegetação e exposição do solo, pode provocar processos erosivos.

1.3.4 Macrozona Agricultável Com Restrições por Erosão e por Baixa Fertilidade

Nesta área predomina o Argissolo Vermelho distrófico típico horizonte “A” moderado, textura arenosa/média, fase floresta tropical subperinefólia, relevo suave ondulado. A fertilidade do solo nessa área é reduzida pelo caráter distrófico. E há risco de processos erosivos por ser uma área de relevo suave ondulado, com concentração hídrica nas baixas vertentes e sem a presença de vegetação.

1.3.5 Macrozona Não Agricultável Por Excesso Hídrico

Esta área próxima às margens do Rio Ivaí apresenta o Neossolo Flúvico Tb eutrófico típico horizonte “A” moderado, textura argilosa, fase floresta tropical de várzea, relevo plano. Este solo à margem do rio apresenta excesso hídrico principalmente nos períodos de cheia do rio não possibilitando o cultivo em todas as épocas do ano.

1.3.6 Faixa de Preservação dos Cursos D'água

A Faixa de Preservação dos Cursos d'água na área rural corresponde aos mesmos limites fixados para cursos d'água situados na área urbana e descritos na Faixa de Preservação dos Cursos d'água da Macrozona Urbana.

PRANCHA 1: MACROZONEAMENTO URBANO

PRANCHA 2: MACROZONEAMENTO RURAL